



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 31 DE
OUTUBRO DE 2019**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada posse a elementos do Conselho Restrito de Segurança de Oliveira do Bairro e do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro, que se encontravam presentes para o efeito.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Ana Águas, Susana Martins, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Vereador António Mota**, reportando-se à reunião do SOS Rio Cértima, disse ter ficado um pouco apreensivo com o discurso do Presidente da Câmara e também tinha ficado convicto que algo seria possível fazer.

Afirmou que quando tinha visto uma publicação, sobre o tipo de equipamentos que iriam ser utilizados nos trabalhos, tinha ficado desiludido porque os mesmos não se adaptavam ao projeto e só por isso



Oliveira do Bairro câmara municipal

já era motivo de insucesso dos trabalhos.

Reportando-se à limpeza dos edifícios públicos, por parte da Câmara Municipal, questionou o que se estava a passar, se tinha havido descuido na abertura de novo procedimento ou se era intenção do Presidente da Câmara colocar os funcionários a fazerem a limpeza dos seus gabinetes e das casas de banho e se iria calhar a vez a todos.

Relativamente às bicicletas, sugeriu que fossem adquiridos uns abrigos para as mesmas, porque como estavam sempre paradas, não abonava em nada o estado de conservação das mesmas.

Sobre o Palacete Visconde de Bustos, questionou quando é que acabava a história da propriedade horizontal, porque a situação já remontava há um ano o que dificultava a obra que estava em constante degradação.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reforçou a posição do Vereador António Mota relativamente ao Palacete Visconde de Bustos, sabendo, contudo, os procedimentos feitos pela Câmara Municipal e da espera da documentação legal para iniciar a obra, mas o inverno aproximava-se e não iria beneficiar em nada a requalificação do edifício podendo mesmo danificá-lo mais.

Referiu que no ponto a seguir, das grandes opções do plano, não havia nenhuma rubrica específica relativamente ao que o Executivo pretende para o Palacete.

Reportando-se às Piscinas Municipais e ao seu acesso pelas pessoas de terceira idade, recordou que para terem acesso às piscinas e aos balneários os utilizadores têm que apresentar o seu cartão de acesso, acontecendo que por uma vez ou outra as pessoas se esquecem do referido cartão de acesso, ficando assim interditas de entrarem nas instalações, o que para si era uma situação menos agradável e lamentável, apelando a que houvesse bom senso nestas situações.

Relativamente à notícia de capa de jornal, no que diz respeito ao que tinha acontecido na reunião de Direito de Oposição, por parte do PSD e sobre a opinião dada pelo Presidente da Câmara sobre sucedido disse que quando o Presidente da Câmara referiu que sabia que a atual direção do PSD, não representava o PSD, entendia o alcance dessa afirmação, mas acima de tudo o que era reportado na notícia, tinha sido na realidade o que tinha acontecido, não tendo sido possível ao PSD, na dita reunião apresentar qualquer tipo de sugestão ou de proposta porque a convocatória apenas exige que se debrucem sobre o que são as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo Executivo e em função das Grandes Opções do Plano apresentar sugestões de melhoria ou descontentamento em relação a algum tipo de propostas apresentadas e tal não tinha sido possível.

Referiu que de início o Presidente da Câmara poderia não ter gostado da composição da comitiva, mas depois todo o conteúdo tinha sido condicionado, porque foi dado conta que existiam gralhas no documento e o próprio Presidente da Câmara tinha referido isso mesmo, e por isso não se pode discernir através de documentos que tenham gralhas, porque pode influenciar o destino final do que pretendem apresentar.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que o PSD sempre conseguiu apresentar à população o que eram as suas sugestões e propostas e por isso estavam muito confortáveis.

O **Vereador Rui Santos**, começou por mostrar o seu desagrado pela extensão da Ordem de Trabalhos da presente reunião, uma vez que entre os assuntos havia um assunto tão importante para debater, como as Grandes Opções do Plano e Orçamento e curiosamente era a reunião que tinha mais pontos agendados na sua Ordem de Trabalhos, o que era muito exigente para quem pretendia fazer um trabalho sério de análise dos documentos.

Reportando-se ao Direito da Oposição e à apresentação do documento disse que se de facto se pretendia discutir e aceitar propostas da oposição para incorporar no orçamento, a informação prestada tinha sido minimalista à parte de algumas incorreções que existiram.

Recordou que tinha sido aprovado em reunião de Câmara o pagamento dos cadernos de exercícios dos alunos do primeiro ciclo, tendo sido dito que o reembolso dos valores pagos pelos pais seria feito no prazo de um mês, contudo tinha informação que o mesmo ainda não tinha sido feito, questionando em que ponto de situação estava esse procedimento.

Deu nota que o Vice-Presidente tinha feito a caminhada, junto às margens do Rio Levira e certamente não deveria ter gostado de ver o estado em que se encontravam as marinhas, que supostamente deveriam ser marinhas de produção e arroz. Disse que não sabia se existia contrato ou não, mas a realidade era que as marinhas eram propriedade da Câmara Municipal que não se pode excluir das suas responsabilidades, chamando à razão a pessoa a quem foram entregues os terrenos para os cultivar, sabendo da existência de agricultores no Concelho com disponibilidade para cultivar os mesmos e fazerem a manutenção das margens dos ditos terrenos.

A **Vereadora Susana Martins**, relativamente à questão das piscinas, esclareceu que a questão da obrigatoriedade da apresentação do cartão sempre existiu, estando explanado no regulamento, contudo a regra foi mais exigida no início da época desportiva anterior, porque se depararam com muitas situações de utilizadores que não pagavam a mensalidade e daí ser aplicada a exigência da apresentação do cartão. Acrescentou que o bom senso no início tinha prevalecido, mas para algumas pessoas o bom senso começou a ser regra e por isso atualmente paga o justo pelo pecador.

Informou que o novo regulamento que brevemente viria a reunião de Câmara, já apresentava uma solução imediata para essas situações de esquecimento de cartão.

O **Vice-Presidente da Câmara**, no que respeita à questão das bicicletas, disse que bastava sair da Oliveira do Bairro e ir a uma outra cidade para verificar como funcionam esse tipo de estações de bicicletas.

No que diz respeito à propriedade horizontal, confirmou que havia um problema de legalização que poderá influenciar o não cumprimento daquilo que era exigido legalmente, havendo também um problema formal para resolver, sendo de resolução difícil e seria a associação que tinha que resolver



Oliveira do Bairro câmara municipal

essa questão. Acrescentou que o Município já tinha feito o que tinha a fazer e continuava a ajudar tecnicamente a associação, mas havia situações que não dependiam da Câmara.

Disse não ver forma de se dar o passo seguinte, que não seja esperar que a associação resolva o que tem que resolver, porque não estava disposto a ser novamente acusado de beneficiar indevidamente o Município e por isso para si o cumprimento da legalidade era uma regra.

Relativamente às margens do Rio Levira, disse concordar que efetivamente era um problema, dando nota que há uns meses atrás tinha tido uma conversa com o senhor a quem foram dados os terrenos para cultivo, verificando que não cumpriu com aquilo que tinha sido dito.

Sobre o Direito de Oposição, disse querer testemunhar qual tinha sido o procedimento do Município nos últimos três mandatos, no qual eram convocados, não recebiam qualquer documento sendo confrontados com o mesmo na própria reunião onde era pedida a opinião no momento, sobre um documento que acabavam de conhecer. Acrescentou que apesar dos protestos ao longo dos anos, o procedimento nunca tinha sido alterado.

Afirmou que tinha sido dado um passo significativo, no respeito à oposição que não era tido no passado.

O **Presidente da Câmara**, no que respeita à questão do Rio Cértima, informou que tinha havido um procedimento próprio de acordo com o que estava estabelecido com a APA e o Fundo Ambiental. Deu nota que no primeiro dia de intervenção os organismos atrás referidos tinham estado presentes juntamente com os Municípios e com o ICNF e na presente data tinham voltado a reunir no Município de Águeda, no sentido de acompanharem as obras.

Quanto à extensão da Ordem de Trabalhos, recordou que já tinha sido dito que reuniões com Ordens de Trabalho muito curtas, não eram satisfatórias. Disse entender que há temas importantes a serem discutidos, contudo todos teriam os seus tempos de discussão devidamente estabelecidos através do regimento.

Relativamente à questão da limpeza dos edifícios públicos, referiu que se estava a fazer uma reestruturação em algumas situações, nomeadamente no que toca à prestação e serviços em alguns locais dos edifícios públicos e a tratar de outro procedimento para o remanescente para que as limpezas venham a ser efetuadas.

Deu nota que se tinha passado por uma fase de recrutamento, através de um concurso que teve o seu término há poucos dias, estando a fazer-se ajustamentos, atendendo a algumas deficiências existentes em alguns locais, no que toca à limpeza e provavelmente colocar pessoas a tempo inteiro a efetuar esse serviço.

Disse que iria sempre prestar os esclarecimentos necessários dentro da cordialidade que tem que acontecer nas reuniões e sempre ouvirá também membros da oposição.

O **Vereador António Mota**, concordou que deveria ser mesmo assim dentro da cordialidade, da



Oliveira do Bairro câmara municipal

transparência e da verdade, mas o estilo do Vice-Presidente muitas vezes não o permite, porque estava angustiado com o passado e as reuniões não eram nada da forma como tinha referido. Esclareceu que nas reuniões do Direito de Oposição, o Presidente da Câmara na altura, dava a conhecer aos Vereadores da oposição eram os grandes projetos que iam fazer parte das Grandes Opções do Plano, dizendo quais eram as linhas orientadoras e com base nessa conversa questionava o que pensavam e aí manifestavam as suas opiniões e davam algumas achegas para que o documento fosse o máximo possível razoável de forma a atenuar algumas posições políticas, mais ou menos previstas na decisão do documento.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que mandar os documentos que mandou, com os erros que o mesmo continha, demonstrava que os documentos não eram lidos por quem os emitia nem pelo responsável que os apresentava e apesar de serem documentos de trabalho, estando catados da forma como estavam, não davam a garantia dos documentos finais estarem catados da mesma forma.

Referiu que perante aquilo que era dito na imprensa, tinha que se ter cuidado com as afirmações feitas, porque ficava mal ao Presidente da Câmara apresentar um documento cheio de gralhas, não abonando nada a seu favor.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que o que tinha sido referido pelo Vereador Mota, relativamente ao procedimento das reuniões, não correspondia à verdade. Afirmou que a verdade era que a oposição vinha para a reunião do Direito da Oposição, sem nenhum documento previamente enviado e eram confrontados com um documento de trabalho das Grandes Opções do Plano, e o que fazia era pedir ao Presidente da Câmara para levar o documento para análise enviando posteriormente um email com as suas sugestões e opiniões.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que quando foi enviado o documento de trabalho, tinha sido bem explícito e bem claro através da comunicação social aquilo que tinha sido enviado.

Relativamente ao ouvir as opiniões no âmbito do Direito da Oposição, esclareceu que imediatamente a seguir à reunião com o PSD, teve reunião com o UPOB onde foi feita a leitura do documento, teceu as suas opiniões e fez as suas questões, não havendo problemas de maior.

Disse que reiterava o que tinha dito inicialmente, que estava ao dispor para discutir ideias para o bem maior do Município de Oliveira do Bairro.

O **Vereador António Mota**, esclareceu que não tinha dito que o anterior Presidente da Câmara fornecia os documentos, mas sim que quando a oposição chegava à reunião, o Presidente da Câmara explanava as intenções e os objetivos.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que enquanto representante do PSD esclarecia que o partido sabia aquilo que tinha feito e aquilo que faz e nunca eram minimalistas ao ponto de se resumirem aquilo que eram os documentos ou à forma como os mesmos eram apresentados, discutindo os



Oliveira do Bairro câmara municipal

problemas no seu todo e era por isso que desde sempre em reuniões de Câmara apresentavam um conjunto de sugestões. Acrescentou que desde o início do mandato apenas tinham apresentado duas propostas, em relação ao Palacete e em relação à taxa de IRS e tudo o resto que era feito nas reuniões de Câmara eram sugestões, que era para dar oportunidade ao Presidente da Câmara Municipal e ao restante Executivo com pelouros atribuídos, que assumam essas sugestões como propostas do Executivo, dando aso ao que interessa, que é o Município de Oliveira do Bairro.....

O **Vereador Rui Santos**, recordou que tinha colocado uma questão relativo ao apoio à aquisição dos livros de fichas, e a mesma não tinha sido esclarecida.

Sugeriu que, se não houvesse impedimento legal, os documentos a serem presentes em reunião de Câmara, que estejam prontos a serem enviados para os Vereadores, antes da Ordem de Trabalhos, que sejam enviados de forma a poderem analisar os mesmos com tempo.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os documentos devem sempre ser antecidos de uma convocatória e como tal tinham uma determinada ordenação.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que os pedidos de devolução foram chegando individualmente, tendo já sido submetidos aos serviços para serem validados, estando na contabilidade prontos para serem feitos os pagamentos, assim que o Presidente da Câmara dê essa indicação.

O **Presidente da Câmara**, informou que essa indicação já tinha sido dada aos serviços da contabilidade para fazerem esses pagamentos.....

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

Por não ter estado presente na Reunião de Câmara realizada no dia 12 de setembro de 2019, não participou na votação a Vereadora Lília Ana Águas.

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de setembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de setembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de



Oliveira do Bairro câmara municipal

novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18 de setembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18 de setembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 4 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2020 E MAPA DE PESSOAL.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto o Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, realçou a adaptação do Município à descentralização de competências com o pessoal a ser reforçado em duas vertentes, a primeira com uma candidatura que o Município tinha efetuado ao PEPAL, com catorze estágios, obrigando a um acréscimo de despesa em quadros superiores estagiários, a segunda com o esforço que se estava a fazer na área da educação, com a colocação de assistentes operacionais e com a reconversão das AEFS, para funcionarem com os serviços próprios do Município e não serem contratualizadas.

Referiu que o Município tinha aderido a uma série de projetos, nomeadamente de índole social tais como a habitação social, a adaptação de migrantes, obrigando também a um acréscimo da despesa corrente, naturalmente acompanhado pela receita corrente e em alguns dos casos por candidaturas lançadas que ainda não tinham a respetiva aprovação.

Reportando-se aos projetos relacionados com a delegação de competências e o acréscimo que daí advirá, nomeadamente relacionados com contratos com as escolas, disse que no próximo ano e de uma forma mais assertiva estará a delegação de competências na área da educação a funcionar e uma das consequências é o Município vir a assumir os contratos de fornecimento das refeições que atualmente estavam entregues à DGEST, levando a um ajustamento na área de despesa corrente... Deu nota que havia um reforço, para o investimento nas associações estendido também para o ano de 2021.

Relativamente às parcerias existentes e cada vez maiores com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e no que toca a novos serviços, os mesmos estavam projetados e afetavam a despesa e as transferências correntes de capital.

Afirmou que o Município de Oliveira do Bairro, apostava no desenvolvimento económico das suas zonas industriais, apostava também na educação face às perspetivas de vir a fazer a requalificação da ESOB, com o aproveitamento dos fundos comunitários para a educação, apostava ainda na requalificação urbana com a conclusão das PARUS.

Deu nota também de uma nova expressão e desenvolvimento no que toca à Saúde, com a construção



Oliveira do Bairro câmara municipal

de duas novas extensões de Saúde e devido à delegação de competências, vir a pensar numa requalificação da extensão de saúde de Oiã.

No que diz respeito à segurança, referiu que havia a forte possibilidade de se requalificar o quartel da GNR de Oliveira do Bairro, em parceria com a Tutela que tinha já demonstrado abertura para que os projetos fossem desenvolvidos pelo Município.

Referiu-se também à requalificação da zona central de Oiã, que na presente reunião estaria presente um ponto no sentido de ser dado mais um passo para essa requalificação, referiu a aposta no Orçamento Participativo, a reabilitação dos espaços Museológicos onde espera que o Palacete Visconde de Bustos venha a ser integrado em domínio privado do Município.

Fez referência ao reforço de transferências para as Juntas de Freguesia.

Sobre as zonas ribeirinhas, disse que havia algumas vertentes de preocupação, assim como também à preocupação de apresentação dos espaços públicos em Oliveira do Bairro e à apresentação do cemitério Velho. Acrescentou que iria haver uma grande aposta na requalificação viária.

O **Vereador Rui Santos**, referiu que da análise do documento, no seu ponto 1 e 2 era evidenciado que estavam perante um conjunto de generalidades e boas intenções, mais próprias de um programa eleitoral do que de um documento de gestão rigoroso, como seria exetável ao fim de dois anos de mandato.

Afirmou que para além dos projetos iniciados pelo anterior executivo, os quais ainda não estavam concluídos, restava o projeto da Unidade de Saúde da Palhaça, que tinha tido o seu projeto de execução recentemente aprovado, não se vislumbrando o início da obra e tudo o resto era um manifesto de intenções, que mantendo o ritmo de execução até há data, certamente continuariam a ser assunto no plano e orçamento do próximo ano.

Reportando-se ao parque subterrâneo de Oiã, questionou qual era a solução que tinha sido encontrada.

Sobre o acesso da Praça do Cruzeiro ao Edifício da Junta de Freguesia de Oiã, que para além da compra dos terrenos, processo iniciado no ano de 2013, questionou se já existia algum processo para concluir esse acesso.

No que diz respeito à Unidade de Saúde da União de Freguesias, disse que se já há parte do financiamento garantido, questionou para quando os projetos de execução e concurso publico para ser possível a sua concretização.

Reportando-se à criação de infraestruturas para a feira de Bustos, questionou que tipo de infraestruturas e em que terrenos.

Sobre a ampliação e requalificação das zonas industriais, disse que a morosidade na aquisição dos terrenos, estando na presente data adquiridos apenas dois terços dos terrenos da zona industrial de Vila Verde e sete dos vinte e cinco hectares na zona industrial da Palhaça, o tempo que se sabe



Oliveira do Bairro câmara municipal

necessário para a infraestruturação, permite-se concluir que dificilmente seria possível vender qualquer lote no decorrer do presente mandato. Questionou o que tinha sido feito para mover esses terrenos das zonas industriais e captar novos investidores.

Reportando-se à requalificação viária disse que o processo programado pelo anterior executivo tinha sido interrompido, e bem, com o objetivo de se requalificar e executar infraestruturas nessas vias. Afirmou que ao fim de dois anos tinha-se a estrada municipal 333 nos Carris com requalificação iniciada no anterior mandato e no restante traçado até à Palhaça, apenas com repavimentação e por concluir, a estrada municipal 596 encontra-se em processo de adjudicação prevendo-se uma intervenção pouco mais do que cosmética.

Questionou onde é que iriam ficar as famosas ciclovias, se apenas nas margens dos rios Cértima e Levira, conforme era referido no documento.

Sobre o que era referido relativamente à construção do parque da cidade, questionou de que parque se estava a falar, se dos Pinheiros Mansos ou se do Rio Levira, os eternos parques que se ouve falar em todas as campanhas eleitorais. Acrescentou que se fosse o do Rio Levira, já ficaria satisfeito pelo facto de a Câmara assumir as suas responsabilidades e procedesse à limpeza das linhas de água e terrenos confinantes que são sua propriedade.

Relativamente ao nó de ligação à A1, disse que certamente se iria continuar a assistir por mais alguns anos às negociações com o governo central, iniciadas há longos anos pelo anterior Executivo e com os resultados por todos conhecidos. Acrescentou que no referido processo, como em tantos outros, ressaltava a incapacidade para se criar sinergias com os concelhos vizinhos, no sentido de se atingirem objetivos comuns de âmbito intermunicipal, contudo na eventualidade de sucesso nas negociações, questionou quantos anos seriam necessários para se concretizar o nó e as vias de acesso, nomeadamente à zona industrial de Vila Verde.

Questionou ainda se se iria aguardar a concretização do referido nó da A1, sem que seja resolvido a questão de acesso à zona industrial de Vila Verde, que consequentemente iria aumentar a sua área, a quantidade de tráfego, colocando em risco e afetando seriamente a qualidade de vida das populações vizinhas da zona industrial, nomeadamente Vila Verde, Malhapão e Silveira.

Disse que nada era referido sobre a ligação da Palhaça à A17, questionando se a rede viária atual, existente no concelho, respondia aos fluxos rodoviários e do crescimento urbano.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico era afirmado no documento que se continuava a criar condições para a captação de investimento nacional e internacional que pudessem tirar partido da localização geográfica do concelho, disse que acreditando que essas condições têm vindo a ser criadas, questionou quais tinham sido os investimentos nacionais e internacionais já captados, e o que tem sido feito para apoiar as empresas, que por diversas razões têm abandonado o concelho de Oliveira do Bairro, de forma a evitar que isso aconteça.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Afirmou que era dito no documento que a educação, a saúde e a justiça eram pilares estruturantes de qualquer gestão autárquica, contudo os investimentos necessários nessas áreas, dependiam sempre de centros de decisão política onde o município não tinha até à data, sabido ou podido exercer a necessária influência política para que os processos dos centros de saúde, da ESOB ou do novo tribunal, já tivessem tido o desfecho positivo nos últimos dois anos.

Reportando-se à situação da ESOB disse que era inaceitável, poi o contrato de municipalização garantia o seu financiamento e a sua transferência para o município com as obras já executadas, sendo agora necessária a concordância da CIRA. Ainda sobre a área da educação, questionou qual era a posição do Executivo relativamente à oferta de ensino secundário, na extensão Frei Gil, ou outra solução que possa evitar a sangria de alunos, de níveis seguintes ao terceiro ciclo, para os concelhos vizinhos.

Em referência às políticas de juventude e à população mais idosa, o documento era vago e não definia, objetivos concretos e mensuráveis que correspondam às necessidades dos munícipes. Sobre a fixação de famílias no concelho, nada era dito relativamente às políticas de habitação em especial no incentivo de jovens casais que pretendessem a aquisição de lotes para construção, à semelhança do que já tinha acontecido, com sucesso no concelho.

Disse também ter verificado ausência no documento, de referência ao setor da construção, nomeadamente de habitação e a inexistência de investimento nesse setor de atividade económica, no concelho, deveria fazer soar os alarmes de quem tem responsabilidades de gestão, trazendo falta de atratividade para o concelho. Acrescentou que a prometida monitorização e avaliação da celeridade de apreciação dos processos de licenciamentos continuava por implementar e a sugestão que os serviços camarários avançassem com um processo de certificação nessa área, era mais do que pertinente.

Fez também referência à ausência de referência aos setores do comércio e turismo, que deveriam ser motivo de reflexão e apoio concreto, lembrando a proposta que foi entregue, para o setor do turismo e que até à presente data não tinha obtido qualquer resposta.

Sobre a promessa de apoio ao movimento associativo, referida no documento e concretizada nos valores orçamentados para despesa corrente e de capital, deixava-o seriamente apreensivo. Acrescentou que a implementação do regulamento de apoio às associações tinha merecido o voto favorável do UPOB, contudo, a aprovação tinha sido acompanhada de um alerta para serem criados serviços de apoio às associações, que facilitassem a entrada em vigor do regulamento, de forma a que não se transformasse em mais uma dificuldade a somar a tantas outras e infelizmente esse alerta não foi tido em conta e a realidade atual era que muitas associações estavam em risco de cessarem a atividade.

Alertou que era urgente a revisão do regulamento, visando a sua simplificação e desburocratização.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Quanto aos investimentos em infraestruturas, disse que a generalidade das associações vivia com enormes dificuldades para assegurar a gestão corrente, não sobrando recursos que permitam o investimento em infraestruturas ou equipamentos, tanto para requalificação, como para novas aquisições.....

Disse que no caso particular das associações desportivas, era gritante a falta de política desportiva municipal, que otimize os recursos existentes, humanos, financeiros, infraestruturas e equipamentos permitindo o crescimento das associações e da sua atividade bem como a qualidade do serviço prestado.....

Afirmou que uma gestão rigorosa exigia definição de rumo, planeamento e execução acompanhada da necessária monitorização e o que era constatado no documento era um elencar de boas intenções, sem essa definição clara que diga para onde e como se pretende ir e a essa indefinição não era alheia a ausência de plano estratégico, prometido e ainda não concretizado, bem como a implementação de métodos de gestão adequados.

Recordou que o movimento cívico UPOB, antes de se apresentar a eleições, tinha definido um plano estratégico para o concelho, que posteriormente entregou ao atual Executivo, na expectativa que constituísse um instrumento de trabalho e de ajuda na gestão do município, nomeadamente na implementação do seu plano estratégico próprio e essa solução não tinha sido aceite. Acrescentou que ao longo de dois anos foram apresentadas diversas propostas, das quais apenas uma tinha sido apresentada a deliberação, sem que ainda tenha sido concretizada.....

Referiu que o voto favorável do UPOB no Plano e Orçamento para o ano de 2019, tinha ficado associado à promessa de concretização de diversos projetos de importância, nomeadamente os referentes às zonas industriais, às unidades de saúde e à requalificação urbana das vilas do concelho, procurando dessa forma atingir a equidade necessária de investimentos, a nascente a ponte do concelho e a tão falada coesão territorial. Acrescentou que alguns dos projetos já tinham tido o seu início, mas longe da sua concretização e no caso dos projetos associados à atividade económica, esse atraso, comprometia o seu sucesso, pois não era aproveitado o ciclo económico positivo que se vive na atualidade.

Afirmou que pelo atrás exposto, não acreditava que as propostas incorporadas no documento em análise, fomentem o desejado progresso para o concelho, a melhoria de qualidade de vida dos munícipes e o crescimento das empresas, votando contra o documento, representando não só a profundo discordância com algumas opções tomadas, mas fundamentalmente um alerta para a indefinição do rumo que se pretende para o concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, começou por felicitar a forma cuidada de como o documento tinha sido entregue, facilitando a discussão do mesmo, e felicitou também a apresentação feita pelo Presidente da Câmara do documento.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Disse discordar com o que tinha sido referido pelo Vereador Rui Santos, quando referiu que o presente orçamento era eleitoralista, porque era referido no documento que em função dos constrangimentos ainda existentes, não era possível concretizar o que o CDS tinha vociferado em plena campanha eleitoral.

Relativamente aos constrangimentos, questionou quais eram os constrangimentos ainda existentes. Afirmou que muitos dos projetos apresentados no documento, os grandes centros de posição do Executivo, prendiam-se ao empréstimo que tinha sido pedido, e o mesmo tinha sido concedido graças à gestão do Executivo Municipal nos últimos anos.....

Referiu que o programa apresentado, traduzia muito do que tinha sido defendido pelo PSD, enquanto poder no concelho de Oliveira do Bairro.

Disse que no atual documento existia diferença, relativamente ao anterior, porque havia um esmiuçamento daquilo que a Câmara Municipal pretende fazer.

Sobre o parque da cidade questionou qual era o pensamento estruturante para esse projeto.

Quanto à feira de Bustos questionou qual era a estratégia do Executivo.

No que diz respeito ao Orçamento Participativo disse que se verificava um grande aumento de valor aplicado, destacando que era uma grande aposta do atual Executivo, colocando o concelho de Oliveira do Bairro, como referência nessa área. Acrescentou que traria a construção de novos projetos no concelho, com realce para o Executivo, demonstrando uma estratégia bem definida.....

Reportando ao Plano Municipal de Juventude, disse que era de valorizar o valor que tinha sido atribuído, sabendo que a proposta tinha surgido do Conselho Municipal de Juventude, salientando e valorizando o arrojo.

No que diz respeito à ampliação da zona industrial de Vila Verde e às melhorias na zona industrial de Bustos, disse que não era explícito no documento, o que iria ser feito para complementar e acompanhar o crescimento das zonas industriais, nomeadamente no que diz respeito à área de habitação, que também deveria ser pensada e acompanhar o crescimento das zonas industriais.

Relativamente ao nó de ligação à A1, questionou quando se iria aclarar esse projeto, que era importante para os potenciais investidores da zona industrial de Vila Verde.

Sobre os estágios PEPAL, questionou o ponto de situação relativamente à sua adesão.

Disse que o que era visto nas Grandes Opções do Plano, era uma continuidade dos projetos estruturais e que já eram estruturantes para o PSD, vendo já uma desculpabilização pelo facto de o atual Executivo não se impor no seu mandato com as ideias do CDS.

O **Presidente da Câmara**, recordou que quando fez a apresentação do ponto, tinha falado em várias estratégias, que iriam ser implementadas na área social e uma delas era o projeto IHRU que está relacionado com a definição da habitação social.....

O **Vereador António Mota**, disse que o documento não trazia nada de novo, sendo uma continuidade



Oliveira do Bairro câmara municipal

do ano anterior.

Referiu que o Presidente da Câmara estava a seguir uma linha das obras comparticipadas e aproveitar o quadro comunitário, dando-lhe razão nesse sentido.

Afirmou que estava a ser dada a continuidade dos projetos deixados pelo PSD, alguns deles aprovados no âmbito da contratualização, ainda não tinham sido iniciados, e aqueles projetos iniciados andavam a um ritmo muito lento.

Disse que o Presidente da Câmara tinha avançado na razão direta do empréstimo e da comparticipação, achando bem, porque não se deviam deixar fugir as obras comparticipadas, contudo não havia mais nenhuma linha de orientação.

Questionou o que se estava a passar com as obras previstas no documento, estando previsto o seu início no presente ano e não se realizou.

Disse que o Presidente da Câmara não estava a conseguir implementar os grandes projetos que traziam receita de capital.

Relativamente aos impostos referiu que os quadros apresentados eram semelhantes aos do ano anterior, não havendo grandes diferenças.

Reforçou que valorizava o facto do aproveitamento das obras comparticipadas pelos quadros comunitários, mas lamentava não haver uma linha orientadora.

Sobre os constrangimentos, disse que os mesmos não eram reais, pela disponibilidade financeira apresentada e a capacidade de investimento que pode ter, recorrendo à banca.

Apelou que se avançasse com a zona industrial, porque tem conhecimento de investidores que têm interesse em adquirir lotes, e o projeto está a avançar a um ritmo muito lento. Acrescentou que deveria haver a preocupação em vender lotes, o mais breve possível para investir noutros locais.

Disse que tudo o que estava prometido no Plano de Atividades e Orçamento, não era consequente, não era viavelmente exequível, porque se verificava que havia apenas 40% de execução relativamente com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento do ano anterior.

A Vereadora Lília Ana Águas, relativamente ao que tinha sido referido sobre as políticas de habitação, deu conhecimento que se iria avançar com a estratégia de desenvolvimento de habitação, mais propriamente sobre a estratégia local de habitação, precisamente para se perceber e se fazer o diagnóstico da realidade do concelho e só depois desse diagnóstico se poderia definir políticas no âmbito da habitação, nomeadamente candidaturas a apoios nacionais, para o apoio às habitações e no mercado de arrendamento ter opções e acesso às famílias que necessitem de apoio, quer ao arrendamento quer nas reconstruções das habitações que estão nessa situação, sendo para avançar com o projeto já no próximo ano.

O Vice-Presidente da Câmara, disse que quando ouvia alguém que fez parte do Executivo durante tantos anos, a papaguear soluções e quando esteve não tinha aplicado essas soluções, não podia



Oliveira do Bairro câmara municipal

deixar passar.

Recordou que o PDM tinha sido aprovado em agosto do ano de 2015, durante o Executivo do qual fez parte o Vereador António Mota, tendo passado dois anos até ao final desse mandato e durante esse período não foram adquiridos terrenos, na zona industrial de Vila Verde, inclusive perderam uma candidatura porque não tinham os terrenos adquiridos e por isso não compreendia como é que agora vinham falar que era fácil adquirir esses terrenos e que tinha que ser mais célere essa aquisição.

Afirmou que as coisas iriam acontecer e no devido tempo os lotes iriam aparecer para serem vendidos. O **Presidente da Câmara**, reportando-se ao arranque e ao andamento das obras, confirmou que havia financiamento contratualizado, sendo uma das estratégias para criar mais valias nas zonas industriais, de forma a se poder investir noutras zonas industriais. Acrescentou que sem trabalho feito, num período de tempo bastante alargado, tornava-se extremamente difícil, quando a aquisição de terrenos era uma manta de retalhos.

Referiu que, não obstante de tudo o que se podia fazer, o processo era extremamente burocrático e havia situações que nem se conseguia contactar os donos dos terrenos. Recordou que há pouco tempo tinha vindo a reunião de Câmara a unidade de execução para Vila Verde que iria permitir a venda de lotes e avançar com o resto das aquisições.

Reportando-se à intervenção do Vereador Rui Santos, relativamente a vários processos não avançarem e que nada era feito, disse que também gostaria de ouvir da parte do Vereador sugestões de como fazer para avançar. Acrescentou que tinham que aproveitar os meios onde eles se encontravam, para se conseguir mais financiamentos e depois fazerem opções, porque não se podia querer tudo ao mesmo tempo.

Disse que no que toca à criação de infraestruturas, não era por falta de esforços do Município quer de Oliveira do Bairro, quer dos Municípios vizinhos, mas não ia o Município de Oliveira do Bairro criar uma infraestrutura até ao nó de acesso, sem o mesmo estar definido e aceite.

Deu nota que recentemente tinha sido publicado pelo INE, alguns números sobre o Município de Oliveira do Bairro em que era o Município que mais habitação barata oferecia, era um dos Municípios que tinha uma grande quantidade de imóveis disponíveis. Acrescentou que a construção tinha que ter iniciativa privada, não podendo o Município intrometer-se nesses negócios.

Sobre a capacidade de resposta aos processos de licenciamento, estava atualmente em três dias, contudo havia determinados projetos, que tinham que ser estudados e por vezes reformulados por diversas razões. Referiu ainda que por vezes, devido à burocracia existente no país, os processos demoram a ser resolvidos, dando o exemplo que para obter um parecer de uma entidade externa, têm que esperar um ano e nesses casos os constrangimentos eram visíveis.

Reportando-se à requalificação da estrada municipal 596, disse que se dependesse de si, já estaria concluída.



Oliveira do Bairro câmara municipal

No que diz respeito ao ensino a poente do concelho, recordou que tinham sido bastante claros quando assumiram a posição tomada, e todos se debatem pela educação a poente e, mais uma vez se dependesse do Município o ensino secundário já estaria a funcionar na extensão Frei Gil, mas não dependia só do município.

Referiu que a estratégia do Executivo, estava mais vincada na parte do investimento, tendo como grande objetivo as zonas industriais e para que isso seja possível, há projetos que têm que ser abandonados.....

Sobre o parque da cidade, disse que o parque dos pinheiros mansos, não obstante de uma candidatura realizada, havia já um projeto para o local, estando definido a nível de arquitetura, iniciando-se para breve as primeiras intervenções, nomeadamente no que diz respeito a consolidação de caminhos.

Relativamente ao que tinha sido dito sobre as associações, recordou que o UPOB, em Assembleia Municipal, tinha votado contra o regulamento de apoio às associações.

Sobre as questões efetuadas relativas às vilas do concelho e às soluções encontradas para os equipamentos existentes, referiu que se estava a falar de projetos, sobre os quais se tinham passado catorze anos e nada tinha sido feito e ter agora a ousadia de lhes pegar era importante e era isso que estava a ser feito, nomeadamente a feira de Bustos onde já foram analisados os valores dos terrenos, para aquisição dos mesmos e assim se proceder à infraestruturação.....

O Vereador António Mota, referiu que o PDM tinha sido aprovado em agosto de 2015 e a partir desse momento é que se tinha começado a desenvolver o trabalho das zonas industriais, nomeadamente a de Vila Verde. Recordou que no ano de 2016, se tinham realizado duas reuniões com proprietários de terrenos, confinantes com a zona industrial de Vila Verde. Acrescentou que tinha sido elaborado um projeto em junho de 2016, que foi submetido à apreciação no âmbito de uma potencial candidatura, por isso não admitia que fosse dito que durante dois anos nada tinha sido feito.

O Vereador Rui Santos, esclareceu que o que preocupava o UPOB, era nomeadamente saber o que o Município tinha pela frente. Acrescentou que tudo o que tinha referido não era para execução imediata, mas as situações devem ser pensadas a longo prazo sendo essa a perspetiva da intervenção que tinha feito.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra do Vereador Rui Santos e com a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:

1.º - Subscrever a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal, com vista à competente aprovação, nos termos da alínea a) e o) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 108/2019 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, recordou que o assunto tinha sido discutido na última Sessão da Assembleia Municipal e que vinha à Câmara Municipal para se iniciar o procedimento, voltando novamente à Assembleia Municipal para a sua aprovação.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse querer valorizar a Assembleia Municipal, por avançar com o processo de adesão à ANAM, ganhando assim amplitude e maior raio de conhecimento na análise de várias situações, ganhando também todo o concelho de Oliveira do Bairro.

Ausentou-se momentaneamente o Vereador António Mota que não procedeu à votação do presente ponto.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscriver a proposta de adesão, por parte do Município de Oliveira do Bairro, à Associação Nacional de Assembleias Municipais – ANAM;

2.º - Submeter a aceitação dos Estatutos da ANAM em anexo à Informação|Proposta n.º 108/2019 mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 23 de outubro de 2019, que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para a competente aprovação final, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

3.º - Aprovar a designação do Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro como representante do Município de Oliveira do Bairro na ANAM, nos termos e ao abrigo da alínea oo) do número 1 do artigo 33.º do suprarreferido diploma legal;

4.º - Aprovar o pagamento da Quota à ANAM no valor de 1.250,00 €/Ano (mil duzentos e cinquenta euros), com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 109/2019 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARQUE URBANO DE OIÃ – ENVOLVENTE AO EDIFÍCIO SEDE DA FREGUESIA E OUTROS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO – LIGAÇÃO PEDONAL, IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, DE ENTRETENIMENTO E DE LAZER ATÉ À PRAÇA DO CRUZEIRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que se tratava do início da resolução final do problema da ligação entre o edifício da Junta de Freguesia de Oiã e a Praça do Cruzeiro, sendo este o primeiro passo para o início da obra.

O **Presidente da Câmara**, deu nota da presença do Vereador António Mota.

O **Vereador António Mota**, recordou que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara, que este era um problema que estava para resolver há muitos anos e ninguém tinha mexido em nada, o que não correspondia à verdade, porque a opção agora apresentada, tinha sido discutida e decidida há pouco tempo, tendo para isso havido muitas negociações anteriores.

Referiu que o Presidente da Câmara, tem dito que o interesse privado não se podia sobrepor ao interesse público, e nesse sentido, na sua opinião deveria ter sido tomada outra decisão, merecendo outro tipo de negociação, porque se continuava com um corredor muito pequeno e o que se pretendia era um projeto com outra dimensão que não a apresentada.

Sugeriu que fosse trazido o desenho da obra que iria ser realizada, dando outro olhar aos Vereadores, daquilo que iria ser feito, dizendo que a vila de Oiã merecia muito mais do que aquilo que tinha sido apresentado.....

O **Vereador Rui Santos**, lamentou o facto de o processo ter tido início no ano de 2013, sabendo que iria continuar por mais algum tempo. Disse que gostaria de ter tido uma ideia do que estava projetado para o local, afirmando que o edifício da Junta de Freguesia merecia outra envolvente, com maior dignidade.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse não ter percebido a intervenção do Vereador António Mota, até porque o mesmo conhecia os dossiers do processo, que já decorre há bastante tempo. Afirmou que nada foi acrescentada, apenas tinham concluído uma negociação que se arrastava há alguns anos, havendo uma outra negociação também de alguns anos, que estava em vias de resolução, ficando com 15 metros de frente de abertura para a ligação, não lhe parecendo que seja uma ligação tão pequenina, como foi dito pelo Vereador António Mota.

Referiu que após a conclusão das negociações, se iria ficar com 15 metros de abertura o que dava para fazer uma obra digna.

O **Vereador António Mota**, aconselhou o Presidente da Câmara, a reunir com os técnicos municipais e questionar os mesmos, qual era a perspetiva de inserção, em termos de planificação de construção de edifícios, que estavam a ser propostos aos proprietários, sendo uma proposta muito mais alargada que aquela que está a ser apresentada.....

Voltou a afirmar que há estudos realizados para o local, que engrandeciam o edifício da Junta de Freguesia de Oiã, assim como a zona central de Oiã, que devem ser analisados e revistos e se tiver que expropriar terrenos para a realização do mesmo, que assim seja, mas que não fique por um projeto pequeno.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, confirma que a área a ser intervencionada era precisamente a referida pelo Vereador António Mota e tinha na sua posse o dossier do processo, solicitando que o mesmo seja trazido à presente reunião para que o mesmo possa ser consultado pelo Vereador António Mota, porque não entendia a dúvida do mesmo.

Referiu que estavam a falar do mesmo caso e aquilo que estava a ser referido pelo Vereador António Mota, era precisamente o que iria ser realizado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar e autorizar a aquisição dos prédios rústicos artigos 8.924 e 8.925 sítos em Formal, freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, pelo valor de 8.812,80€ (oito mil, oitocentos e doze euros e oitenta centimos), a Hélder Manuel dos Santos Pires e mulher, Maria Crisálida dos Santos Pires, solteira, maior, Délia Maria dos Santos Pires e marido e a Lúcia Maria dos Santos Pires, solteira, maior herdeiros de Manuel Pires da Silva e da Maria Adelaide dos Santos Pires, nos termos da Informação/Proposta n.º 109/2019 Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 28 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais

2.º - Aprovar e autorizar o pagamento da indemnização aos proprietários no valor de 41.187,20€ (quarenta e um mil, cento e oitenta e sete euros e vinte centimos), nos termos e condições contantes da alínea b) do número 8 da proposta referida no ponto anterior;

3.º - Aceitar a cedência da parcela de terreno com a área de 134m² para integrar o domínio público municipal, para execução de passeio, estacionamento e praça, sendo que 119m² correspondem ao artigo U-478 e 15m² correspondem ao artigo U-1277;

4.º - Aprovar e aceitar a execução das obras previstas no ponto 9 da suprarreferida informação/proposta;.....

5.º - Que seja promovido através dos seus serviços técnicos e administrativos, logo que se verifiquem os pressupostos necessários, e após aprovação de estudo prévio por parte de todos os proprietários intervenientes, o estudo urbanístico, cuja área de intervenção abarca para além dos prédios em apreço, o prédio sito na rua Eng.º Agnelo Prazeres, n.º 14, composto de casa de habitação de dois pisos, dependências, pomar, quintal e terra de cultura, inscrito na matriz predial urbana e rústica da freguesia de Oiã, com os artigos 5.522 e 8.926, respetivamente, descrito na CRP de Oliveira do Bairro com o n.º 663, nos termos e para os efeitos do previsto no ponto 10 da proposta.....

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 110/2019 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARU (PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA DE OLIVEIRA DO BAIRRO) – P04 – REABILITAÇÃO DA RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA E RUA DOS BOMBEIROS.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Rui Santos e António Mota.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que se tratava de uma cedência para um projeto que já tinha sido aprovado e que agora vinha para consolidar a informação dos custos e daquilo que será a intervenção do espaço privado.

Referiu que a intervenção da reabilitação na Rua António Oliveira e Rocha, pressupunha uma entrada e um corte da curva existente, com alargamento substancial, e criação de mais um tabuleiro de arruamento, por isso o presente acordo de cedência, que estava já predefinido no anterior projeto, contudo e face à remodelação existente no projeto no ano de 2018, com a revisão do projeto o mesmo foi completamente alargado.

O **Vereador Rui Santos**, ressaltou o facto de aparecerem as contas feitas na informação apresentada, sabendo por isso de que valores se tratavam.

O **Vereador António Mota**, disse ter ficado surpreendido com a postura dos herdeiros da propriedade, a sua total disponibilidade aquando da solicitação da Câmara Municipal, comparando com a situação de Oiã, numa zona nobre em que dois metros de largura podem marcar toda a diferença, não há essa disponibilidade por parte dos proprietários.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que no presente assunto não se tratava de herdeiros, mas de uma empresa com investidores, que vêm a propriedade horizontal, como uma oportunidade de negócio.

Acrescentou que as obras em causa, iriam permitir deixar um sem número de infraestruturas que os mesmos teriam que fazer.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência da parcela de terreno com a área de 970m² para integrar o domínio público municipal, que se destina à implementação de passeio, estacionamento e alargamento da via, nos termos constantes nos pontos 7 e 8, devendo ser assinado o competente contrato de cedência com os proprietários, identificados no ponto 5 da proposta, do prédio urbano artigo 182 da freguesia e concelho de Oliveira do Bairro, nos termos da Informação/Proposta n.º 110/2019 – Mandato 2017/2021 apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 28 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TARIFÁRIO RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2020.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara**, afirmou ser uma atualização do tarifário por mais um ano, tendo o



Oliveira do Bairro câmara municipal

parecer favorável da ERSAR.

O **Vereador António Mota**, questionou qual era a receita e a despesa relativa ao assunto em apreço.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o valor era de quinhentos e sessenta e oito mil euros de despesa e quanto à receita o valor era de quinhentos e cinco mil euros, contudo faria chegar a informação por mail ao Vereador António Mota.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Manter os valores unitários previstos no tarifário de resíduos urbanos vigente desde fevereiro de 2019, nos termos da Informação/Proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Alterar a estrutura do tarifário para os clientes não ligados a rede à rede de abastecimento de água em conformidade com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (regulamento n.º 52/2018 publicado em Diário da República 2.ª Série, n.º 16, de 23 de janeiro).

PONTO 9 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 30/2019 – APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS (RU) A DESTINO FINAL”, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A EMPRESA ADJUDICATÁRIA LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que se verificava uma insatisfação geral dos munícipes, com a prestação de serviço, por parte da LUSAGUA, operadora que tem a concessão da recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho.

Acrescentou que a insatisfação é mutua também entre a empresa e a Câmara, face ao preço que foi negociado e posteriores atualizações que o município recusou, entrando por isso num processo de negociação demorado e difícil, trazendo agora a solução, um acordo de revogação do contrato e após esse passo se irá iniciar a abertura de novo concurso, esperando que o serviço a ser prestado no futuro seja melhor do que aquele que é prestado atualmente.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, afirmou que o presente assunto, tem sido alvo de grande discussão em vários fóruns no concelho, sendo que o presente passo não deixava de ser uma resposta clara daquilo que se pretende para o concelho.

Recordou que quando tinha sido elaborado o presente contrato, tinha sido referido que em comparação com o contrato anterior com a empresa SUMA, se tinha feito um bom negócio em termos de valores, contudo o tempo veio mostrar que o serviço que estava a ser prestado pela LUSÁGUA, não correspondia aos pressupostos que tinham sido apresentados no concurso.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que do que tinha lido nos documentos, estava previsto que até maio do próximo ano se perspectivava, que já haveria outra empresa a prestar o serviço, não sabendo até que ponto o timing para abrir procedimentos concursais o permitia, esperando que não se tenha que pagar para além dessa data, à LUSAGUA para continuar a prestar o mau serviço ao Concelho, até que se tenha a nova empresa contratada.

Questionou se o presente ponto não teria que ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação da revogação do contrato.....

Reportando-se às obrigações adicionais referidas na empresa, no que diz respeito aquilo que o Município terá que pagar à empresa, se se passar o prazo de maio de 2020, questionou o que poderia onerar ao Município.....

O **Vereador António Mota**, alertou que deveria haver uma cautela grande relativamente aos prazos, para que não haja problemas na recolha dos resíduos sólidos.....

Referiu que as Câmaras Municipais gostavam de ir ao mais barato e depois aconteciam estas situações, que já deveria ter sido revista logo no início quando foi detetado o problema, não chegando às consequências que tinha chegado.

O **Vereador Rui Santos**, congratulou-se com o facto de finalmente se resolver um problema que já se arrastava há muito tempo, esperando que a nova empresa a ser contratada, cumpra as obrigações devidas e se não as cumprir, que se aja logo de imediato para que não surjam os mesmos problemas que agora existiram.

Disse que se tratava de uma revogação de contrato e por isso não iria abdicar do que já tinha referido diversas vezes, que era o facto de a presente proposta de deliberação não vir acompanhada de uma informação dos serviços jurídicos, não duvidando de que o documento tenha sido elaborado pelos mesmos, contudo pretendia que existisse uma informação concreta dos referidos serviços, onde estivesse claro que não havia dúvidas na rescisão do contrato.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que havia uma série de mails, que tinham sido trocados entre os serviços jurídicos do Município com os outros serviços jurídicos dos outros Municípios envolvidos, estando os mesmos anexos ao dossier, fazendo parte do mesmo. Confirmou que tinham sido os serviços jurídicos que acompanharam todo o processo.

Referiu que uma das grandes preocupações era a continuidade da prestação do serviço em causa, nomeadamente a recolha dos resíduos sólidos urbanos até que o procedimento concursal esteja concluído e a nova empresa contratada.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que a rescisão do contrato não tinha que ir à Assembleia Municipal.

Deu conhecimento que decorriam, há algum tempo, trabalhos tripartidos em os três Municípios, na elaboração do novo caderno de encargos para ir a concurso tão breve quanto possível, estando



Oliveira do Bairro câmara municipal

confiante que o mesmo seja feito num timing, que não seja necessário pagar qualquer penalização, contudo no caso de que tenha que acontecer essa situação, estava mencionado no documento o máximo que se teria que pagar, caso se concluísse o contrato.

Acrescentou que na tentativa de se prestar um melhor serviço à população, tudo estavam a fazer para que o concurso aconteça tão breve quanto possível.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a revogação do Contrato de “Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos Urbanos (RU) a destino final”, celebrado entre o Município de Oliveira do Bairro e a empresa adjudicatária LUSÁGUA – Serviços Ambientais, S.A., nos termos da Informação/Proposta n.º 30/2019 apresentada pelo Vice-Presidente da Câmara, datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Aprovar a minuta de acordo de revogação do contrato, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo, 98.º do CCP, que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante para todos os efeitos legais.....

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA DIVISÃO FINANCEIRA DE GESTÃO E PATRIMÓNIO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 08/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e subscrever a Informação da Divisão Financeira de Gestão e Património de 21 de outubro de 2019, nos exatos termos exarados e remeter o assunto à Assembleia Municipal com vista à competente autorização.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 171|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO PARA OBRAS NA IGREJA MATRIZ DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que se tratava de uma proposta de apoio às obras que estavam a acontecer na igreja matriz de Oliveira do Bairro, particularmente no que se refere aos altares e à sua talha.

Acrescentou que o presente apoio vinha na senda de outros apoios já concedidos à paróquia de São Miguel, para obras de requalificação do edifício.....

Referiu que era um apoio no sentido de ajudar a preservar os traços culturais de um património do Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que deveriam ser realçados e valorizados todos os apoios dados,



Oliveira do Bairro câmara municipal

independentemente de serem de índole religioso ou não, porque o que interessava era a valorização daquilo que existia no Concelho e a valorização patrimonial da igreja matriz iria engrandecer a cidade no seu todo.....

O **Vereador António Mota**, referiu que na presente proposta deveria constar um parecer jurídico, porque não sabia até que ponto a lei vedava a atribuição de subsídios à igreja.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que havia um parecer da CCDRC a informar que não havia qualquer problema na atribuição do presente apoio.....

O **Vereador Rui Santos**, congratulou-se com a decisão do presente apoio e na sua opinião o valor a atribuir poderia ser um pouco mais elevado, porque como já tinha sido referido, tratava-se de património religioso, que não tem um dono, sendo de todos.

Disse que do conhecimento que tinha, na igreja de Oiã tinha também havido uma intervenção, mas no Concelho não tinha havido uma requalificação tão profundo e tão significativa como a que estava a ser feita na igreja matriz de Oliveira do Bairro, tendo mesmo sido descobertas pinturas por trás dos altares, que foram recuperadas, sendo trabalho de valor acrescentado e que merecem ser apoiados. Quanto à presença dos pareceres, disse que se o mesmo tinha sido solicitado, deveria constar no processo. Acrescentou que no caso em concreto, se deveria fazer a distinção do que era a atividade religiosa e aí o apoio seria ilegal, na sua perspetiva, e o apoio ao património e à sua conservação e aí o apoio era inquestionável.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, reportando-se às questões da legalidade do apoio, esclareceu que não se tratava de um subsídio, mas sim de um apoio financeiro, estando explicado na informação o tipo de apoio e a que era destinado, requalificação e restauro dos altares, sendo também fundamentado com a alínea legal que definia a atribuição.....

Acrescentou que se estava a falar de património religioso, não só do ponto de vista de manutenção e riqueza dele próprio, mas também de o inserir como uma área de turismo na região, sendo por isso uma área de interesse do Município.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que no seguimento das palavras da Vereadora Lília Ana Águas, o próprio PDM não era uma carta arqueológica, mas tinha uma listagem dos bens patrimoniais onde eram inseridas todas as igrejas existentes no Concelho, sendo que uma das obrigações da Câmara Municipal era zelar por esse património, embora a questão ideológica dever ser sempre acautelada.

O **Presidente da Câmara**, reportando-se à intervenção do Vereador Rui Santos no que diz respeito à intervenção realizada na igreja de Oiã, esclareceu que a intervenção realizada, também tinha sido profunda muito semelhante ao que estava a ser realizada na igreja de Oliveira do Bairro.

Reiterou tudo o que tinha sido dito, relativamente aos valores e ao património do Concelho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Bairro,



Oliveira do Bairro câmara municipal

para obras na Igreja Matriz de Oliveira do Bairro, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 171/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 28 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Protocolo de Cooperação Financeira, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Bairro;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 158|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA 1.º CEB DA MAMARROSA

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que iria fazer apresentação do presente ponto ao ponto 18 da Ordem de Trabalhos, porque se tratavam de apoios a Associações de Pais.

Esclareceu que eram dados os apoios às Associações de Pais em questão, porque tinham sido aquelas que tinham apresentado a documentação, tendo havido outras que optaram por não apresentar candidatura.

Quanto aos valores explanados nas informações, tem a ver com o número de crianças e de associados à Associação de Pais correspondente, tendo um valor base de trezentos e vinte euros que vai sendo acrescentado com a proporção do número de alunos e daí a diferença de valores atribuídos a cada associação.

O **Vereador Rui Santos**, afirmou que do que verificava nas informações, o rigor na atribuição dos subsídios ia ao limite.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais da Escola 1.º CEB da Mamarrosa, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 158/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais da Escola 1.º CEB da Mamarrosa;



Oliveira do Bairro câmara municipal

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 159|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA 2º. E 3.º CEB DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais da Escola 2.º e 3.º CEB de Oliveira do Bairro, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 945,00 € (novecentos e quarenta e cinco euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 159/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais da Escola 2.º e 3.º CEB de Oliveira do Bairro;.....

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 160|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA 1º. CEB DE VILA VERDE

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais da Escola 1.º CEB de Vila Verde, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 390,00 € (trezentos e noventa euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 160/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais da Escola 1.º CEB de Vila Verde;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 161|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO



Oliveira do Bairro câmara municipal

FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DAS ESCOLAS DE BUSTOS, QUINTA NOVA E JARDIM DE INFÂNCIA DE BUSTOS.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais das Escolas de Bustos, Quinta Nova e Jardim de Infância de Bustos, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 420,00 € (quatrocentos e vinte euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 161/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais das Escolas de Bustos, Quinta Nova e Jardim de Infância de Bustos;
- 3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 162|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DAS ESCOLAS DO TROVISCAL.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais das Escolas do Troviscal, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 390,00 € (trezentos e noventa euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 162/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais das Escolas do Troviscal;
- 3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 17 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 163|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA 1º. CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo e Jardim de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Infância de Oliveira do Bairro, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 440,00 € (quatrocentos e quarenta euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 163/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Oliveira do Bairro;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 18 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 164|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA 1.º CEB DA PALHAÇA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola 1.º CEB da Palhaça, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 410,00 € (quatrocentos e dez euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 164/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola 1.º CEB da Palhaça;

3.º - Designar a Técnica Superior Dr.ª Clélia Nogueira como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 19 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 165|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO ORFEÃO SOL DO TROVISCAL.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto.

A Vereadora Lília Ana Águas, disse que relativamente aos apoios a atribuir aos coros e aos ranchos referidos, o valor mantinha-se igual ao atribuído no ano anterior, contudo além do presente subsídio, vão também ser atribuídos subsídios respeitante ao investimento e de cedências de instalações a algumas das associações, referidas na Ordem de Trabalhos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

No que diz respeito aos Agrupamentos de escuteiros, a diferença de valores existente na atribuição de subsídios, nomeadamente no Agrupamento de Escuteiros de Oliveira do Bairro, tem a ver com o número de elementos inscritos e nomeadamente com a possibilidade de abertura de uma nova secção.

Acrescentou que o valor atribuído às Associações de Pais ascendia os cinco mil euros, e no que respeitava a todas as outras o valor era de trinta e dois mil e quinhentos euros. Mais informou que viriam a reunião de Câmara mais atribuições de subsídios a outras associações.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Associação Orfeão Sol do Troviscal, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 165/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação Orfeão Sol do Troviscal;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 20 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 166|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ORFEÃO DE BUSTOS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Orfeão de Bustos, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 166/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Orfeão de Bustos;.....

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 21 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 167|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO



Oliveira do Bairro câmara municipal

FINANCEIRO – AGRUPAMENTO 480 TROVISCAL DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento 480 do Troviscal do Corpo Nacional de Escutas, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 167/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Agrupamento 480 do Troviscal do Corpo Nacional de Escutas;
- 3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 22 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 168|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – AGRUPAMENTO 970 PALHAÇA DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento 970 da Palhaça do Corpo Nacional de Escutas, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 168/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Agrupamento 970 da Palhaça do Corpo Nacional de Escutas;.....
- 3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 23 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 169|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – AGRUPAMENTO 1143 OIÃ DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento 1143 de Oiã do Corpo Nacional de Escutas, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 169/GAP



Oliveira do Bairro câmara municipal

apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Agrupamento 1143 de Oiã do Corpo Nacional de Escutas;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 24 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 170|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – AGRUPAMENTO 1396 OLIVEIRA DO BAIRRO DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento 1396 de Oliveira do Bairro do Corpo Nacional de Escutas, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 170/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Agrupamento 1396 de Oliveira do Bairro do Corpo Nacional de Escutas;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 25 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 173|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – GRUPO CORAL DE OIÃ

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Grupo Coral de Oiã, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 173/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Grupo Coral de Oiã;



Oliveira do Bairro câmara municipal

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 26 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 174|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – GRUPO FOLCLÓRICO DE SÃO PEDRO DA PALHAÇA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Grupo Folclórico de São Pedro da Palhaça, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 174/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Grupo Folclórico de São Pedro da Palhaça;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 27 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 176|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – CLUBE DE ENERGIAS RENOVÁVEIS PROFESSOR FERNANDO FERREIRA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador Rui Santos.

O Vice-Presidente da Câmara, deu nota que a presente associação era recente, composta por um grupo de alunos do antigo IPSB, onde faziam os seus projetos fotovoltaicos, que na sua opinião eram projetos de grande interesse para o Concelho, tendo mesmo sido já convidados por outros municípios para se instalarem nos mesmos, contudo o interesse é que se mantenham no Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Rui Santos**, referiu que desconhecia as instalações da atual associação, contudo a questão que pretendia colocar, também se aplicava às associações que tinham a sua sede em instalações do Município, porque esteve a ler os contratos e nada era referido quanto à manutenção dos espaços exteriores dos edifícios, que em alguns casos se verificava que não eram bem tratados. Disse que seria importante que fossem definidas regras para que essa manutenção fosse realizada.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que todos os protocolos estabelecidos com as associações, têm competências e responsabilidades para as associações nomeadamente no que diz respeito à



Oliveira do Bairro câmara municipal

manutenção do próprio edifício e a manutenção exterior aos edifícios.....
Acrescentou que o que acontecia em muitos casos era as associações fazerem acordos com as Juntas de Freguesia e serem estas a fazerem a manutenção do espaço, existindo também outras situações que não eram cumpridos esses pressupostos, fazendo com que o espaço seja cedido a outra associação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Clube de Energias Renováveis professor Fernando Ferreira, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 500,00 € (quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 176/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Clube de Energias Renováveis professor Fernando Ferreira;

3.º - Designar o Técnico Superior Eng.º Paulo Araújo como gestor do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 28 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 177|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – GRUPO FOLCLÓRICO IDENTIDADE LUSA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Grupo Folclórico Identidade Lusa, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 177/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Grupo Folclórico Identidade Lusa;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 29 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 178|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – RANCHO FOLCLÓRICO “AS VINDIMADEIRAS DA MAMARROSA”



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Rancho Folclórico “As Vindimadeiras da Mamarrosa”, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 178/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Rancho Folclórico “As Vindimadeiras da Mamarrosa”;
- 3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 30 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 179|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – RANCHO FOLCLÓRICO SÃO SIMÃO DA MAMARROSA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio ao Rancho Folclórico São Simão da Mamarrosa, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 179/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
- 2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Rancho Folclórico São Simão da Mamarrosa;
- 3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 31 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 180|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – CASA DO POVO DO TROVISCAL.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

- 1.º - Aprovar a atribuição de um subsídio à Casa do Povo do Troviscal, referente à Medida de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral, no valor de 3.500,00 € (mil e quinhentos euros) a ser atribuído, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 180/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 25 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos



Oliveira do Bairro câmara municipal

os efeitos legais;.....

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Casa do Povo do Troviscal;

3.º - Designar a Chefe de Divisão Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 32 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 357/2019 – PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO – SOLICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA MAMARROSA – AMMA – PARA UTILIZAÇÃO DAS SALAS DE ATIVIDADES DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Susana Martins**, deu nota que era uma candidatura de apoio não financeiro por parte da AMMA, para desenvolver a sua atividade de karaté.

Foram solicitadas as salas de atividades do pavilhão municipal para o treino da modalidade.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Autorizar a cedência das Salas de Atividades do Pavilhão Municipal, por parte da Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 357/2019 apresentada pelo Parque Desportivo Municipal datada de 23 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação de Melhoramentos da Mamarrosa;

3.º - Designar a Técnica Superior Professora Joana Soares como gestora do contrato, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 33 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 104.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA - “CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DE BUSTOS” – RECEÇÃO DIFINITIVA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que o presente ponto da Ordem de Trabalhos e o seguinte tratava se receções definitivas de obras, estando ao dispor para qualquer esclarecimento.

O **Vereador Rui Santos**, questionou quando é que tinha acabado o prazo de garantia das obras,



Oliveira do Bairro câmara municipal

porque nas informações consta o dia dois do mês de janeiro de 2019 e sendo assim se não se deveria ter feito uma nova vistoria para verificar se estava tudo em ordem.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a garantia termina com a receção definitiva das obras e após a deliberação em reunião de Câmara é que as garantias eram libertadas. Acrescentou que tinham sido efetuadas vistorias seguintes de forma a verificarem se estava tudo consolidado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, receber definitivamente a empreitada “Construção da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar de Bustos” e aprovar a minuta do Auto de Receção Definitiva, nos termos do Auto de Vistoria e da Informação Técnica n.º 105.2019/DPGU datada de 14 de outubro de 2019, que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais.....

.....
PONTO 34 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 105.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA - “CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DE VILA VERDE” – RECEÇÃO DIFINITIVA DA OBRA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, receber definitivamente a empreitada “Construção da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar de Vila Verde” e aprovar a minuta do Auto de Receção Definitiva, nos termos do Auto de Vistoria e da Informação Técnica n.º 104.2019/DPGU datada de 14 de outubro de 2019, que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais.....

.....
PONTO 35 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 110.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – PARECER SOBRE PATRIMÓNIO AZULEJAR E DECISÃO SOBRE OBRA DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO (PO 54/66)

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos. .

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o presente ponto decorria da lei, da necessidade de preservação do património azulejar, sendo no caso concreto, a recolocação dos azulejos em sítio adequado. Acrescentou que o Município estava já a providenciar a criação de condições para que o património em questão seja guardado, quando os proprietários não tiverem condições para o fazer. .

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportando-se à apreciação da investigadora, relativamente ao processo em causa, que dava um conjunto de dados interessantes sobre o Concelho na área do azulejo, reforçando o que foi falado, aquando da discussão do primeiro caso análogo que veio a reunião de Câmara, em que foi dito que se poderia ver nestes casos uma oportunidade do Concelho de valorizar este tipo de património.

Recordou que nessa reunião foi falado sobre a importância de haver um local onde se possa recolher



Oliveira do Bairro câmara municipal

esse material, podendo mesmo fazer um espaço multifuncional em relação ao património em causa. Recordou ainda se ter falado na possibilidade de o Palacete Visconde Bustos poder ser uma solução nesse sentido, não querendo que esse pensamento se perca, porque era algo que não existia na região, um polo de recolha de azulejo.

O **Vereador António Mota**, sugeriu que o Presidente da Câmara fizesse uma leitura da ata da reunião onde tinha sido discutido um assunto análogo, e que apresentasse a um técnico, porque na sua opinião as sugestões apresentadas eram de grande valor e seria uma grande aposta do Concelho onde existem muitos edifícios que poderiam albergar esse património e ser mais um ponto de referencia turístico para o Concelho.

O **Vereador Rui Santos**, recordou que na reunião anterior, onde tinha sido discutido o mesmo assunto, recolha azulejar, tinha questionado relativamente ao acompanhamento da recolha do material em causa. Reiterou a sua questão, querendo saber se esse acompanhamento estava a ser realizado e se quem o iria fazer teria o conhecimento necessário da área.

Disse ter verificado com agrado, que no caso em concreto os azulejos não seriam enviados para Lisboa ou Porto, deduzindo que iriam ficar no Concelho.

Afirmou que a proposta do Vereador Álvaro Ferreira era legítima de forma a manter-se no Concelho o património azulejar.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, recordou que tinha sido feito um levantamento exaustivo, por uma entidade certificada, sobre o património azulejar existente no Concelho, precisamente para integrar no âmbito daquilo que era o interesse do Município no turismo e na integração e manutenção do património.

Acrescentou que o estudo estava concluído, estando agora na fase de análise para posterior catalogação das casas com painéis de azulejos, com interesse histórico existentes no Concelho.

Informou que poderia fazer chegar esse estudo aos Vereadores, se assim o entendessem.

O **Vice-Presidente da Câmara**, agradeceu as palavras e sugestões do Vereador Álvaro Ferreira. Quanto à questão levantada pelo Vereador Rui Santos, esclareceu que a questão de os azulejos irem para Lisboa ou Porto, prendia-se com o facto de no Concelho não existir um local para fazer esse depósito com as devidas condições, sendo óbvio que há todo o interesse que esse património se mantenha no Concelho e para isso já se está a trabalhar para criar essas condições.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da Informação Técnica n.º 110/019/DPGU, datada de 24 de outubro de 2019, referente ao Processo de Obras n.º 54/66, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados.

PONTO 36 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 111.2019|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – PARECER SOBRE PATRIMÓNIO AZULEJAR E DECISÃO SOBRE



Oliveira do Bairro câmara municipal

OBRA DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO (PO 106/19)

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que no caso em concreto o interesse histórico dos azulejos era menor e assim sendo a recomendação ia no sentido de se guardar apenas alguns exemplares.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da Informação Técnica n.º 111/019/DPGU, datada de 24 de outubro de 2019, referente ao Processo de Obras n.º 106/19, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados.

PONTO 37 – PROCESSO DE OBRAS N.º 27/95, DE CASA DO CRESPO, FÁBRICA DE DOÇARIA, LDA. – LOTE A17 DA ZONA INDUSTRIAL DE OIÃ – DISPENSA DO CUMPRIMENTO DA DOTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a dispensa do cumprimento do número de lugares de estacionamento, previstos no n.º 1 do artigo 107.º do Regulamento do PDM dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 5 do artigo 107.º do mesmo diploma, nos termos da Informação Técnica de 01 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 38 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 28.2019|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA DA EMPREITADA “P04 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DOS BOMBEIROS E RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o Plano de Trabalhos e o Plano de Segurança e Saúde em Obra da empreitada, “P04 – Requalificação do Espaço Público da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha”, nos termos da Informação Técnica 28.2019/DOM datada de 24 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 39 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 29.2019|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – RELATÓRIO FINAL DE EMPREITADA – “REABILITAÇÃO DA EM 596 ENTRE O RIO LEVIRA E A ROTUNDA DA FEITEIRA”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, esclarece que o presente assunto vinha na senda da abertura do concurso público, vindo agora para aprovação da adjudicação da empreitada de reabilitação da estrada



Oliveira do Bairro câmara municipal

municipal 596.

O **Vereador Rui Santos**, disse que da análise realizada aos documentos tinha verificado que a garantia que era prestada era de 5% e posteriormente uma garantia bancária de 2%, contudo na empreitada do ponto seguinte apenas era referida a garantia bancária de 5% e nada era referido sobre a restante garantia. Questionou se havia algum critério que justificasse a diferença e porque não eram as duas empreitadas tratadas de mesma forma, não compreendendo porque é que na mesma Câmara tratem duas situações análogas de forma diferente.

O **Presidente da Câmara**, disse ser uma questão técnica e não tinha justificação para o sucedido, contudo se assim tinha sido feito foi porque os técnicos assim o entenderam.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, adjudicar a Empreitada “Reabilitação da EM 596 entre o Rio Leira e a rotunda da Feiteira” à firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A., pela importância de 496.274,10 € (quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos) + IVA, conforme Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 8 de outubro de 2019 e aprovar a Minuta de Contrato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 40 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 30.2019|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – RELATÓRIO FINAL DE EMPREITADA – “P05 REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DR. ALBERTO TAVARES DE CASTRO E LIGAÇÃO À RUA MANUEL SIMÕES BARATA” NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, adjudicar a Empreitada “P05 Requalificação do Espaço Público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e ligação à Rua Manuel Simões Barata” à firma Manuel Francisco de Almeida, S.A., pela importância de 1.029.064,06 € (um milhão, vinte e nove mil, sessenta e quatro euros e seis cêntimos) + IVA, conforme Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 30 de setembro de 2019 e aprovar a Minuta de Contrato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 41 – INFORMAÇÃO N.º 32/2019 APRESENTADA PELO COORDENADOR DO PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – APLICAÇÃO DA DOTAÇÃO REMANESCENTE”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Rui Santos e Álvaro Ferreira.

O **Coordenador do Projeto Miguel Duarte**, recordou que relativamente ao Orçamento Participativo de 2019, havia uma dotação remanescente, tendo sido entendimento que se deveria formular um projeto de forma a verificar se poderia ser contemplado o projeto seguinte mais votado, área de



Oliveira do Bairro câmara municipal

serviço para autocaravanas.

Deu nota que esse projeto foi elaborado pelos serviços técnicos, aos quais agradeceu porque na sua opinião o projeto estava muito bem conseguido, foi dado conhecimento do mesmo ao proponente, ao Presidente da Junta da Palhaça que concordaram com o local proposto e com o estudo que foi levado a efeito para o projeto.

Assim, referiu que a presente proposta vinha no sentido de aprovar o projeto de construção e uma área de serviço para autocaravanas na Freguesia da Palhaça e não afetar a verba remanescente, porque o projeto seguinte tem um valor muito elevado e mesmo com um novo estudo, nove mil euros não dariam para avançar com o projeto.

O **Presidente da Câmara**, fez um reconhecimento aos serviços pelo empenho e o trabalho cuidado que tem sido realizado, no que diz respeito aos projetos do Orçamento Participativo, de forma a que os projetos contemplados possam ser postos em prática no ano de 2020 e que durante a sua execução se verifique que afinal a verba apresentada não chegava para a execução dos mesmos....

O **Vereador Rui Santos**, reconheceu o trabalho realizado, tendo havido o cuidado de orçamentar e tendo ido à procura de outra solução de forma a contemplar mais um projeto, contudo o que gostaria de estar a discutir era o incremento no Orçamento Participativo no valor de trinta mil euros, para se poder executar o projeto na forma como tinha sido apresentado pelo proponente.

Disse que não conhecia a realidade dos parques de autocaravanas, mas se o proponente aceitou o projeto com apenas espaço para três autocaravanas é porque viu alguma viabilidade, havendo também a salvaguarda da possibilidade de o espaço ser ampliado no futuro.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou a atitude da Câmara Municipal em abrir espaço para incluir mais propostas dos proponentes, o que já tinha acontecido no ano anterior repetindo-se no presente ano, sendo com esse tipo de atitude que se conseguirá engrandecer ainda mais o projeto do Orçamento Participativo.

Acrescentou que ver a implementação dos projetos no terreno, autenticam aquilo que era a participação política dos munícipes.

Valorizou também a articulação entre as várias entidades envolvidas no projeto e a perspetiva de o mesmo poder ser ampliado, com a aquisição do terreno contíguo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Informação n.º 32/2019 do Coordenador do Projeto – Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro datada de 28 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 42 – PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADOR DO GRUPO MUNICIPAL DO UPOB RUI SANTOS – MEDIDA MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a Vereadora Lília Ana



Oliveira do Bairro câmara municipal

Águas e os Vereadores Rui Santos e Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a proposta apresentada era muito genérica e por isso dava a palavra ao Vereador Rui Santos para apresentar a mesma de uma forma mais concreta.

Questionou se o sentido de proposta era propor que seja feito um estudo ou algo mais concreto.

O **Vereador Rui Santos**, esclareceu que o objetivo da proposta, era que fosse comparada a oferta que é feita no Município de Oliveira do Bairro, relativamente à natalidade, com outros Municípios vizinhos, dizendo que havia vários modelos de oferta a serem utilizados por esses Municípios, deixando por isso ao Executivo as opções que entenda tomar nesse sentido.

Referiu que tem que haver um estudo e verificar a disponibilidade do Município para esse tipo de apoios, podendo integra-lo com outros apoios, criando algo devidamente consubstanciado.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, recordou que era uma matéria que também já tinha sido abordada pelo PSD em reunião de Câmara no período antes da ordem do dia, e estaria favorável à proposta avançada pelo UPOB, principalmente no conjunto de princípios.

Disse saber-se que a Câmara Municipal ao longo de vários anos e de vários regulamentos, já propõe um conjunto de iniciativas que possam ajudar ao incremento da taxa de natalidade.

Dando como exemplo o Município de Lisboa, que concretamente na área de habitação têm um conjunto enorme de regulamentos onde constam vários princípios espalhados pelos mesmos, não inviabilizando que exista um regulamento específico para a matéria em análise.

Sugeriu que se poderia ir mais longe, podendo ser comparticipada uma das vacinas, que não constam no Plano Nacional de Vacinação e não são comparticipadas pelo Ministério da Saúde, podendo o Município dar esse incentivo.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que a proposta apresentada pelo UPOB, não era uma proposta concreta, não tendo todas as ponderações e critérios para se poder decidir sobre a mesma.

Disse que perante a proposta apresentada, fez uma comparação entre todos os Municípios referidos na proposta. Acrescentou que se deveria separar o que era um incentivo à natalidade e o apoio à natalidade porque eram duas coisas distintas e era necessário perceber se o Município precisa de medidas de incentivo à natalidade, ou se precisa de apoios à natalidade.

Deu nota que da análise que realizou, verificou que nos vários Municípios havia diversas formas de apoios e incentivos à natalidade e na proposta apresentada deveria ser dito de que forma se pretendia que o Município de Oliveira do Bairro apoia-se ou incentiva-se a natalidade.

Disse que também teria sido importante que fosse referido o número de nascimentos por Município para se fazer a comparação e se perceber que tipo de apoio se poderia dar, e da análise que fez, verificou que no Município de Oliveira do Bairro, no ano de 2018 nasceram 211 crianças, seguindo o exemplo de um outro Município se fosse dado um apoio financeiro de mil euros por nascimento, daria o total de duzentos e onze mil euros que tinha que ser integrado no orçamento do Município de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Oliveira do Bairro, havendo por isso a necessidade de se ter noção dos valores que se querem afetar à medidas.

Ainda relativamente às taxas de natalidade, disse que era importante saber em que posição se encontrava o Município para assim se perceber se valeria a pena ou não implantar essa política e em que proporção, dando conhecimento que o Concelho de Oliveira do Bairro se situava acima de qualquer dos Municípios referidos na proposta estando com uma taxa de natalidade de 8.8%, estando acima da taxa da média nacional e subsequentemente da região centro, o que demonstrava que o Município não necessitava assim tanto da medida de incentivo à natalidade.

Reportando-se à intervenção do Vereador Álvaro Ferreira, disse que o Município tinha várias políticas implementadas no que diz respeito à ação social, que de forma indireta, fazem o apoio à natalidade, que para si era essencial e não o incentivo à natalidade, dando concretamente apoio às famílias e a preocupação com a fixação das famílias em Oliveira do Bairro.

Recordou que o Município de Oliveira do Bairro, na área social como apoio à família tem, a ação social escolar, atividades de apoio à família, transportes escolares, campos de férias, apoios habitacionais, subsídio ao arrendamento com majoração para as famílias monoparentais, o remobilar, o gabinete de ação social, banco local de produtos de apoio, o apoio técnico às escolas com apoio psicológico nas escolas, o espaço mudança, terapia familiar de acompanhamento, entre outros.

Disse que, não obstante achar que as medidas de incentivo à natalidade eram pertinentes, mas continuava a achar que as medidas de apoio à natalidade eram muito mais importantes.

O **Vereador Rui Santos**, reportando-se ao rol de iniciativas existentes no Concelho de apoio à natalidade, só ficava espantado porque é que o Concelho não estava inundado de jovens famílias e bebés, sendo sinónimo que alguma coisa estava a correr mal, ou seja, não era suficiente ter todas as medidas enunciadas devendo haver um estudo e verificar qual a taxa de execução das mesmas, porque não tinha conhecimento de grande parte delas assim como muitos munícipes não terão, devendo haver mais divulgação para o interesse de todos.

Sobre a proposta que tinha apresentado, disse que na sua opinião o Executivo é que tinha que operacionalizar a mesma e definir os critérios.

Quanto aos dados apresentados pela Vereadora Lília Ana Águas, disse que a leitura relativa às taxas de natalidade não era a correta, porque só se tinha reportado ao último ano, devendo ter feito a análise dos últimos dez anos.

Afirmou que se a decisão for de avançar com a proposta, teria todo o gosto em participar na operacionalização da medida.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que a explicação dada pela Vereadora Lília Ana Águas, demonstrou que tinha feito um excelente trabalho de pesquisa, dando gosto debater os assuntos quando assim acontece, estando em causa uma questão edeológica, uma posição política e não uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

questão de factos.

Disse que apesar de tudo parecer estar bem, por agora, não quer dizer que de futuro não haja uma quebra e se se está a avançar de forma gradual, com apostas nas zonas industriais, na área da saúde, com o tecido social existente no Concelho, esse tipo de pensamento deve ser centrado para que a postura seja sempre global, estando a falar da sustentabilidade do Município.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, reportando-se à análise que fez, disse que não iria discutir números que estavam publicados na página do INE.....

Disse que não lhe parecia ser decisivo para uma família ter um filho só porque a Câmara tem um apoio pelo nascimento do mesmo. Acrescentou que concordava com a proposta do Vereador Álvaro Ferreira, no que diz respeito à comparticipação das vacinas, assim como também de medicamentos, estando mesmo a discutir-se o assunto no âmbito da delegação e competências na área da saúde, porque para si era muito mais relevante participar uma vacina, do que dar um valor monetário à nascença.

Alertou para o facto de se dar o apoio a todos os nascimentos ou só nos casos de famílias desfavorecidas, é que se fosse para todas as famílias de que forma se poderia incluir legalmente, como apoio de ação social.....

Reportando-se à proposta apresentada, disse que na sua opinião não era uma proposta, mas sim uma sugestão, porque se a mesma for votada, não se sabe concretamente o que se está a deliberar, porque não apresenta um estudo uma análise concreta do que se pretende.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que tem sido exigência do Vereador Rui Santos a objetividade nos assuntos trazidos a reunião de Câmara e nesse sentido também era importante a objetividade nas propostas trazidas ao Executivo, não obstante de dar todo o mérito aos assuntos e às sugestões trazidas.

Sugeriu que na deliberação do presente assunto, se aprovasse uma recomendação de que seja elaborado um regulamento de incentivo à natalidade.

Deu assim oportunidade ao Vereador Rui Santos para reformular a sua proposta, para que todos os presentes possam votar confortavelmente.

O **Vereador Rui Santos**, disse que iria refazer a proposta tendo em atenção o que tinha sido referido e trazê-la-ia novamente a reunião de Câmara.....

O **Presidente da Câmara**, tendo em atenção que o Vereador Rui Santos iria reformular a proposta, retirou a mesma da Ordem de Trabalhos.

Agradeceu a discussão que tinha sido feita sobre o tema, dando clareza da realidade do Concelho de Oliveira do Bairro.....

DELIBERAÇÃO: O Presente ponto da Ordem de Trabalhos foi retirado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 43 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 116/2019 – DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À UNIÃO FILARMÓNICA DO TROVISCAL, PARA A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO “16.º ENCONTRO IBÉRICO DE BANDAS”, NO DIA 10 DE NOVEMBRO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à União Filarmónica do Troviscal, do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 10 de novembro de 2019, para efeitos de realização do espetáculo “16.º Encontro Ibérico de Bandas”.

PONTO 44 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 117/2019 – DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À PROMOB – ASSOCIAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE COMUNIDADE, PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “PROPONHO A REVOLUÇÃO”, NO DIA 29 DE NOVEMBRO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à PROMOB, do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 29 de novembro de 2019, para efeitos de realização da atividade “Proponho a Revolução”.

PONTO 45 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NOS DIAS 18 E 25 DE JANEIRO DE 2020 E 01, 08 E 15 DE FEVEREIRO DE 2020, POR PARTE DA ASSOCIAÇÃO DE CARNAVAL DE OIÃ, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DO “OIAFEST”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, nos dias 18 e 25 de janeiro de 2020 e dias 01, 08 e 15 de fevereiro de 2020 à Associação de Carnaval de Oiã, para efeitos de realização do “Oiafest”.

PONTO 46 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2019, POR PARTE DA IGREJA EVANGÉLICA DO SILVEIRO, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 9 de novembro de 2019 à Igreja Evangélica do Silveiro, para efeitos de realização de conferência.

PONTO 47 – E-MAIL DA BANDA FILARMÓNICA DA MAMARROSA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE ESTRADO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO CONCERTO INTEGRADO NAS COMEMORAÇÕES DO 103.º ANIVERSÁRIO, NO DIA 24 DE NOVEMBRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do estrado, à Banda Filarmónica da Mamarrosa”, no dia 24 de novembro e para o dia 12 de janeiro de 2020, para



Oliveira do Bairro câmara municipal

a realização do “Coimbra Gospel Choir”

PONTO 48 – E-MAIL DO CLUBE ORNITÓFILO DA BEIRA LITORAL, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE CEDROS PARA EMBELEZAMENTO DO ESPAÇO INOVAÇÃO NO DECORRER DO EVENTO “EXPO AVE 2019” DE 01 A 03 DE NOVEMBRO – PARA RATIFICAÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 23 de outubro de 2019, em que aprovou o pedido de cedência de cedros, ao Clube Ornitófilo da Beira Litoral, para embelezamento do Espaço Inovação, no decorrer do evento “Expo Ave 2019”, que irá decorrer nos dias 1 a 3 de novembro.

PONTO 49 – E-MAIL DO MUNICÍPIO ALBERGARIA-A-VELHA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE 10 BARRAQUINHAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “4.º FESTIVAL DE SABORES DA ABÓBORA” QUE SE REALIZA NO DIA 20 DE OUTUBRO – PARA RATIFICAÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 17 de outubro de 2019, em que aprovou o pedido de cedência de barraquinhas, ao Município de Albergaria-a-Velha, para a realização do 2.º Festival de Sabores da Abóbora, que decorreu no dia 20 de outubro.

PONTO 50 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO SIMÃO DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE 8 BAIAS DE SEGURANÇA PARA APOIO À REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS NO DIA 24 DE OUTUBRO – PARA RATIFICAÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 22 de outubro de 2019, em que aprovou o pedido de cedência de baias de segurança, à Comissão de Festas em honra de São Simão de Oiã 2019.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 30 de outubro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 2.082.402 Euros e 03 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 736.750 Euros e 73 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.819.152 Euros e 76 Cêntimos

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezoito horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º



Oliveira do Bairro câmara municipal

do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos